

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Dinheiro, liberdade, democracia (conceitos do bolsa família) [Money, freedom, democracy (concepts of family allowance)]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Santiago, Homero
Publisher	Universidade de São Pablo
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-08 12:58:33
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/228149

DINHEIRO, LIBERDADE, DEMOCRACIA (CONCEITOS DO BOLSA FAMÍLIA)

Homero Santiago¹

Resumo: Com a publicação de *Vozes do Bolsa Família*, de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani, temos o que se pode qualificar uma consideração filosófica do Bolsa Família; em particular, o estudo permite renovar o conteúdo de conceitos como liberdade e autonomia ao vinculá-los, de maneira condicionante, ao dinheiro. As implicações dessa renovação compreensiva importam imediatamente para o embate político, que deve se voltar para a constituição de um direito ao dinheiro e pode tomar a forma de luta pelo dinheiro.

Palavras-chave: Bolsa Família – dinheiro – liberdade – democracia.

“A gente tem mais liberdade no dinheiro.”

Dona Amélia, moradora do Vale do Jequitinhonha.

“A luta de classes (...) é uma luta por essas coisas brutas e materiais sem as quais não há as refinadas nem as espirituais.”

Walter Benjamin, filósofo alemão.

I

O programa Bolsa Família (BF) foi instituído em outubro de 2003 sob o governo Lula, com o objetivo de complementar a renda de famílias expostas à pobreza e à extrema pobreza (a qual, na definição do Banco Mundial, atinge pessoas com renda inferior a um dólar diário). Sua maior novidade foi a unificação de vários benefícios sociais do governo federal (bolsa escola, cartão alimentação, bolsa alimentação, auxílio gás) num único programa de *transferência direta de renda em dinheiro*, gerido em parceria com os estados e as prefeituras. A participação no BF é condicionada, entre outras coisas, ao acompanhamento da saúde e à matrícula e frequência escolares dos filhos. Segundo dados oficiais, ao início de 2015, são mais de 14 milhões de famílias atendidas; mais ou menos um em cada quatro

¹ Professor do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP. E-mail: homero@usp.br

brasileiros. Podem inscrever-se famílias com renda *per capita* de até R\$ 77,00 (situação de pobreza extrema) e com renda *per capita* entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 (situação de pobreza) desde que haja crianças, adolescentes, gestantes ou nutrizes. O valor básico do benefício é R\$ 77,00; uma parte variável depende do número e idade dos filhos e pode atingir R\$ 175,00; em casos de extrema pobreza, benefícios podem ser acumulados até o limite de R\$ 336,00. Os titulares dos benefícios são as mulheres, que recebem em seu nome os cartões da Caixa Econômica Federal para saque dos pagamentos.²

Como sua novidade e abrangência deixavam prever, desde o primeiro momento o BF assumiu um lugar de destaque no debate político-partidário brasileiro: ora estupendo instrumento de supressão da pobreza, ora simples expediente populista; para uns, passo crucial rumo à efetivação do sistema de bem-estar social esboçado pela Constituição de 88; para outros, aberração que reforça o paternalismo estatal e vai na contramão do próprio desenvolvimento econômico ao desvalorizar o trabalho e a responsabilidade individual – e entre tais extremos toda sorte de ponderações e nuances. Da mesma forma, o programa despertou o interesse do meio acadêmico, que tratou de buscar respostas mais consistentes a perguntas que no noticiário político estão com frequência entregues aos achismos ou preconceções: quais os efeitos no médio e longo prazo? É eficaz de fato? Qual sua influência sobre o voto dos beneficiários? Como estes se servem da renda recebida? Como enfrentar a questão da assim chamada “porta de saída”? Questões desse tipo empenharam muitos investigadores, economistas e cientistas sociais à frente, que contribuíram bastante ao aperfeiçoamento técnico do programa bem como ao entendimento de seu significado; para o país, em primeiro lugar, mas também para o mundo, como amplo experimento de política pública.³

Esse esforço compreensivo ganhou um item de grande vigor e originalidade com a publicação, ao final de 2013, do estudo *Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania*, de autoria conjunta da socióloga Walquiria Leão Rego e do filósofo Alessandro Pinzani.⁴ Escapando tanto ao economicismo quanto ao bate-boca partidário, ao maniqueísmo das críticas fáceis e aos elogios rasgados, sobretudo levando em conta as ambiguidades em jogo no programa e em seus efeitos, eles estabeleceram os contornos acabados do que se pode

² Cf. página da CEF: http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/index.asp. Em geral, para uma história do BF, ver Marco Aurélio Weissheimer, *Bolsa família*.

³ Para que se tenha ideia da vastidão desse empenho compreensivo, é suficiente uma consulta à *internet* lançando o nome “bolsa família”. No dia 9 de fevereiro de 2015, o Google acadêmico computava 151.000 resultados (entre estudos, documentos oficiais, etc.); no Scielo, restrito a artigos acadêmicos provenientes em geral de revistas latino-americanas, eram 30 referências; por fim, a base JSTOR, das mais importantes e amplas do mundo, registrava 2034 documentos.

⁴ Walquiria Leão Rego, Alessandro Pinzani, *Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania*. Doravante, damos as páginas desta edição no interior do próprio texto.

entender como uma *consideração filosófica do BF*.⁵ A partir de uma ampla pesquisa empírica realizada entre 2006 e 2011, apreende-se toda uma série de experiências, vivências, problemas teóricos que delimitam um importante campo de investigação para a filosofia política brasileira. Os autores se desatrelam dos interesses imediatos mas estão sempre firmes na reflexão sobre esse acontecimento recentíssimo que é o BF e suas consequências ao longo de cinco anos nas vidas das mulheres beneficiadas e de suas famílias; batem-se com vários preconceitos (provindos tanto da esquerda quanto da direita) e ao fim e ao cabo os sobrepõem todos; além disso, tratando de bem avaliar o constatado, promovem sugestivas inovações conceituais, ao conseguir insuflar concretude em algumas noções (em particular aquelas que subintulam o livro) que, abstratamente tomadas, estão sempre perigando entrar a serviço de qualquer coisa. O sucesso do empreendimento reside na ousada e instigante hipótese da relação entre dinheiro, autonomia e liberdade que o guia. Ao longo da pesquisa, explicam a socióloga e o filósofo, inúmeras questões se colocaram relativamente às possibilidades de transformação nas vidas das mulheres titulares do benefício do BF. “Uma das hipóteses fundamentais se relaciona com o fato de receberem renda em dinheiro. (...) A investigação visa exatamente recolher as dimensões de ambiguidade e, às vezes, até de paradoxo contidas na experiência delas enquanto pessoas que se tornaram portadoras de certa renda monetária. (...) Nossa tese principal: a renda regular em dinheiro é um importante instrumento de autonomia individual e política.” “Queremos mostrar a relação entre renda em dinheiro e autonomia: a presença de uma renda regular (...) permite o desencadeamento de processos de autonomização individual em múltiplos níveis.”⁶

II

O que vem a ser o dinheiro? A pergunta, que assim de chofre pode parecer despropositada, para nosso assunto não o é nem um pouco. Primeiro, tratamos de um programa de transferência de renda *em dinheiro*; o que cai mensalmente nas mãos beneficiadas não são nem cupons nem produtos nem coisas do gênero, é numerário puro e simples. Segundo e sobretudo, arriscamos dizer que o grosso da originalidade de *Vozes do bolsa família* reside na capacidade de bem avaliar (isto é, livre de preconceitos) o papel da entidade dinheiro em nossa vida social; é justo o que lhes permite dá-lo por componente fundamental de conceitos como liberdade e democracia, tendo em mira menos como tais ideias podem ser compreendidas *sub specie aeternitatis* em qualquer sociedade, do que como

⁵ Falamos em “contornos acabados” porque, faz algum tempo, esse tipo de consideração já vinha sendo testado pelos autores; ver especialmente o artigo pioneiro de Walquiria Leão Rego, “Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família”.

⁶ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, pp. 19-20, p. 38.

devem ser entendidas histórica e concretamente no interior de uma sociedade capitalista qual a nossa.

Dúvida não há que muita gente torcerá o nariz para essa articulação. Aqueles que se apegam demais unicamente à concepção do dinheiro como forma equivalente geral do valor, pela qual as mercadorias podem ser trocadas; os que sabem que o dinheiro é o elemento que, no capitalismo, medeia as relações sociais entre os homens submetendo-os inexoravelmente uns aos outros e todos ao fetiche da mercadoria; as “belas almas” que se indignam diante da constatação de que entre nós o dinheiro tenha o poder de tudo comprar, inclusive a beleza anímica, isto é, os bons sentimentos.⁷ Por tudo isso e muito mais é que grande parte dos integrantes do que costumamos denominar “esquerda” outorgou e outorga ao “vil metal” um posto abjeto, digno de todo desprezo e merecedor de ódio destrutivo; países ditos socialistas inventaram as cadernetas para itens básicos, alternativos tentaram restabelecer quanto possível o escambo, modernos inventam hoje os *bitcoins*. Que o seja, amém. Mas é exatamente essa vulgata (ao qual um Marx, note-se, jamais aderiu) que incumbe aqui pôr de lado – menos por erro, os juízos arrolados estão corretos, que por deixar primar uma ingênua parcialidade, unilateralidade, que compromete a boa compreensão de nosso assunto.

O dinheiro (ou seus equivalentes) não somente medeia relações sociais como funciona à maneira de um dos portadores fundamentais do poder. “Seu poder social, assim como seu nexa com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso.”⁸ Principalmente, é pelo dinheiro sob a forma-salário que o capitalista compra força-trabalho; tal capacidade de submeter alguém para trabalhar para outrem, em nossa sociedade, é o paradigma do exercício do poder proporcionado pelo dinheiro. Em suma, *dinheiro é poder*. Na forma compacta que se carrega na carteira ou em qualquer outra, ele sabe ser altissonante quando precisa. Poder de fazer e desfazer, de mando e desmando; poder que muito amiúde é capaz de submeter a própria Fortuna garantindo boa vida (que o nome da deusa romana tenha se tornado sinônimo de muito dinheiro, faz todo sentido; alguns miseráveis necessitam apregoar e muitos endinheirados gostam de dizer – decerto por sarcasmo – que “dinheiro não traz felicidade”; já o comum dos homens que não está em nenhuma dessas situações, costuma fazer um adendo inteligentíssimo: “não traz porque manda buscar”). Aí está. Que se retorçam as narinas, isso nada muda. Em nossa sociedade, o dinheiro é poder de uma ponta a outra; e daí não ser segredo a ninguém que em suas variadas formas ele continua sendo o pivô principal dos embates sociais: salários, benefícios, preço da terra, aluguéis,

⁷ *Dixit* Marx: até “coisas que em si mesmas não são mercadorias, como a consciência, a honra etc. podem ser compradas de seus possuidores com dinheiro e, mediante seu preço, assumir a forma-mercadoria, de modo que uma coisa pode formalmente ter um preço mesmo sem ter valor.” (*O capital*, I, p. 177).

⁸ MARX, *Grundrisse*, p. 105.

tarifas de ônibus, etc. Pouca gente vai para a rua por ideias; já por uma vintena de centavos, a estória e a história são outras.

Pois é nessas paragens que um compatriota de Marx nos pode ser extremamente útil como guia. Foi Georg Simmel quem soube ir bem longe na compreensão do dinheiro como fenômeno social e suas implicações sobre o indivíduo, inclusive à guisa de elemento essencial para concebermos a liberdade humana.

“Pode-se apresentar a evolução de todo destino humano”, afirma Simmel em sua *Filosofia do dinheiro*, “como uma alternância regular de apegos e desapegos, obrigações e liberações”. Por isso, “o que experimentamos como liberdade não é amiúde uma realidade, senão uma mudança de obrigação; no momento em que, em lugar daquela que se assumia até então, vem insinuar-se uma nova, sentimos, antes de tudo, o desaparecimento da pressão anterior; e porque dela nos liberamos, sentimos-nos em primeiro lugar absolutamente livres; mas a nova obrigação – que assumimos de início com uma musculatura até então poupada, portanto particularmente vigorosa –, começa a fazer sentir seu peso à medida que vem a fadiga, e a partir daí o processo de liberação aplica-se a ela como havia anteriormente desembocado sobre ela.”⁹

Nessas linhas estão a base de um processo que é o do aparecimento da “liberdade individual”, conforme o título do capítulo em que se inserem. Importa sublinhar, para nossos propósitos, que essa liberdade surge precisamente como um fenômeno de *correlação*, ao invés de uma realidade, uma coisa, um estado absoluto que se alcançaria pela imunidade a todo tipo de relação. Longe disso. “Se a evolução da individualidade, a convicção de florescer, com todo nosso querer e nosso sentir particulares, nosso eu intrínseco, deve passar por liberdade, esta não entra nessa categoria enquanto pura ausência de relações, mas justamente como tipo de relações com os outros inteiramente determinado.”¹⁰ A liberdade – ou antes, para uma descrição mais exata a seu feitiço de movimento, um *processo de liberação* – insinua-se entre dois estados (pressão e não pressão) como uma *transição*: descompressão relativamente à “objetividade das coisas” que “é ao mesmo tempo o processo de nascimento da liberdade.”¹¹

O que tem o dinheiro a ver com isso? É ele um elemento singular no processo de liberação, aquele que por sua forma específica pode conduzir mais longe que nenhum outro o desabrochar da personalidade como diferenciação relativamente a pressões e limites impostos pela “objetividade das coisas”. “O desejo que se tem de todas as outras coisas é já limitado pela capacidade de absorção do sujeito”; por outro lado, “só o dinheiro não comporta (...) essa medida interior, que acaba impondo também seus limites ao desejo

⁹ SIMMEL, *Philosophie de l'argent*, p. 345.

¹⁰ SIMMEL, *Philosophie de l'argent*, p. 366.

¹¹ SIMMEL, *Philosophie de l'argent*, p. 371.

experimentado pelo objeto”.¹² Eis a razão de o avaro poder eleger o dinheiro como um fim em si mesmo; e também por que o mesmo dinheiro pode funcionar à maneira de instrumento de expansão, capacidade de liberar-se mais e mais das pressões das coisas, poder de agir mesmo sobre coisas distantes e portanto libertar-se da cadeia da imediatez. “Pelos efeitos longínquos do dinheiro, o eu pode desdobrar até o fim seu poder, seu gozo, seu querer sobre os objetos mais distantes”.¹³ Donde a conclusão: “a capacidade de expansão do sujeito, que é limitada por sua própria natureza, mostra uma amplitude e uma liberdade maior relativamente ao dinheiro do que com qualquer outra posse.”¹⁴ Ao possibilitar a liberação relativamente às pressões das coisas, o dinheiro insufla o sentimento de liberdade; ele não a compra, como se fosse ela uma coisa; o que faz é permitir uma relação mais livre com as coisas, marcada pela descompressão dos fardos impostos pelas necessidades imediatas. Como bem sabe Dona Amélia, cujas palavras dão a impressão de sintetizar a análise de Simmel, “a gente tem mais liberdade no dinheiro”.¹⁵

Desde que não nos deixemos levar por pendores morais que, unilateralmente, só veem no dinheiro uma coisa suja que aliena, corrompe e envilece a boa alma humana, tais considerações lançam preciosa luz sobre a *ambivalência* desse objeto enquanto componente de nossa vida social. É fator de submissão, sem dúvida, nas mãos daquele que compra às pessoas a força-trabalho; de abuso, quando alguém paga por seus direitos ou os cria conforme sua conveniência. Tão claro quanto isso, entretanto, é que o dinheiro, veículo de sujeição por um lado, é o mesmo dinheiro que, por outro lado, libera ao afastar a necessidade de a tudo sujeitar-se, a todo momento e por qualquer coisa, sendo capaz de expandir o próprio campo de ação de seu portador, à medida que o desacorrenta da prisão das coerções cotidianas abrindo-lhe novas possibilidades. “O dinheiro possui duas faces, como Jano: liberta e oprime”.¹⁶ Para quem não tinha como comprar comida melhor, uma bolacha por exemplo, poder fazê-lo é um ato de liberdade que não pode ser negado por nenhum conceito – “outro dia comprei pros meninos iogurte e macarrão”¹⁷ – e uma liberação diretamente motivada pela posse de dinheiro.

Os autores de *Vozes do Bolsa Família*, como se infere da enunciação de sua hipótese básica de trabalho, não desconsideram essas ambiguidades do dinheiro; e por isso não abrem mão de guiar-se muito pelas reflexões de Simmel ao abordarem um programa cuja maior novidade em face dos auxílios que o precederam foi exatamente, reiteremos, proporcionar aos beneficiários um renda regular *em dinheiro*. É a compreensão desse dado cabal, que de tão óbvio quase não havia chamado a atenção de ninguém, que faz a

¹² SIMMEL, *Philosophie de l'argent*, p. 409.

¹³ SIMMEL, *Philosophie de l'argent*, p. 410.

¹⁴ SIMMEL, *Philosophie de l'argent*, p. 410.

¹⁵ *Apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 208.

¹⁶ SIMMEL, *Philosophie de l'argent*, p. 204.

¹⁷ D. AMÉLIA *apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 208.

originalidade do livro ao identificar nessa renda, nesse dinheiro, um “papel liberatório”¹⁸ sobre os valores e atitudes, as personalidades mesmas dos beneficiados.

III

Entre 2006 e 2011 foram realizadas cerca de 150 entrevistas com mulheres beneficiárias no BF em regiões de forte índice de pobreza. Em vez de questionários fechados que renderiam apenas um monte de tabelas descarnadas, os pesquisadores optaram pelo método da entrevista aberta, a fim de recolher precisamente as “vozes” dos beneficiados pelo programa e demarcar-se do que denunciam como a frequente prática das ciências sociais brasileiras de tomar os pobres apenas como objetos, raramente como sujeitos.¹⁹ Os resultados são apresentados em forma narrativa, quase sempre aproveitando-se da literalidade das falas das entrevistadas. Disso emerge um rico painel de vivências duras e marcadas pelo sofrimento, ao lado de transformações importantes, complexas, ambíguas – tudo o que costuma escapar ao esquadro economicista e ao grande público adversário do BF. E nem será preciso insistir que muitos preconceitos encontram seu momento de verdade (ou desmascaramento) exatamente como preconceituações que nada dizem da realidade.

Tanto no esverdeado litoral de Maragogi (vendido aos turistas como o mais belo do mundo) quanto no agreste sertão a vida é impiedosa. A cavação do maçunim obriga mulheres e crianças a permanecer longuíssimos períodos de joelhos na maré baixa, a ponto de deformar corpos; o trabalho sob o sol tórrido faz a pele ficar tal que quase se confunde com o couro dos chapéus típicos do sertão; seja onde for, a velhice vem célere, aos 30, 35 anos; analfabetismo, subnutrição, miséria. Bairro de Canoeiro, cidade de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais: “Visitamos casebres com paredes de tijolos sem reboco e piso de chão batido, cadeiras de plástico, sofás sem forro e paredes nuas, com a exceção de algumas imagens sacras (...). As ruas e as casas são povoadas por cachorros famintos, galinhas com pescoços menores que um polegar, pintinhos do tamanho de beija-flores, gatos esqueléticos. O sofrimento não se limita às pessoas, mas se estende aos animais e às coisas.”²⁰ Por toda parte, a elementar unidade da bruteza que um Graciliano Ramos soube como ninguém captar por resultado da animalização cruel, que faz do homem bicho e da miséria e do sofrimento fenômenos tão naturais e imutáveis quanto a chuva rara e o sol forte. Pois foi nesses lugares que os pesquisadores saíram atrás dos efeitos do BF. E os mais escondidos. Os previsíveis e comprovados por vários levantamentos sem dúvida estavam lá (melhora geral nos índices de saúde; aumento da frequência escolar; incremento

¹⁸ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 19.

¹⁹ Crítica que também se pode colher no livro de Amélia Cohn, *Cartas ao presidente Lula. Bolsa Família e direitos sociais*.

²⁰ *Apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 124.

do comércio de pequenas confecções, lojas de móveis baratos, etc.). Mas será tudo? Estarão os despossuídos fadados a tornarem-se apenas cifras em estatísticas, por melhores que sejam, e enriquecerem estudos que vão encorpar os lattes dos estudiosos ou só estatísticas a serem propagandeadas por políticos? Não. A crítica à frequente objetificação dos pobres, quer nas políticas públicas, quer nas ciências sociais, exige voltar-se à subjetividade dos pobres e abre o caminho para que o estudo possa garimpar os *efeitos intangíveis* do BF. Pelo que revela toda a sua importância metodológica o desvio por Simmel efetuado por nossos autores; como recordam, em *Os pobres*, o alemão soube exemplarmente perceber que “a renda monetária (...) altera ‘a alma’ do seu recebedor, quando não seja fruto da mera caridade”²¹ (p. 69). Quando mais não fosse, tem-se aí um elemento fundamental para calibrar a visada do investigador; exatamente porque “o BF não é uma esmola governamental (...), acaba criando as condições para uma mudança profunda na estrutura sentimental dos beneficiários.”²²

Os ditos efeitos intangíveis atuam principalmente na formação de uma nova subjetividade, a qual emerge a partir de renovadas relações com o meio, o tempo, com os outros e consigo mesma. Tratemos de acompanhar algumas dessas transformações, pois nos escancaram certos vínculos possíveis entre dinheiro, alargamento das possibilidades, consciência política, autonomia, liberdade, que não são de somenos.

Nova temporalidade

Dona Cecília, 48 anos, é mãe de dez filhos. Indagada sobre o que fazem dois deles que têm 16 e 17 anos, explica que andam “beliscando uma coisinha aqui, outra ali”. E quando nada conseguem? “Ficam aí futurando!”²³. Verbo rosiano para uma condição pouco rósea. A beleza do linguajar arrefece muito quando notamos pelo conjunto das entrevistas que a realidade expressa é inversa ao sabor literal da palavra. “Futurar”, aqui, é em boa medida desconhecer o sentido de futuro; viver na agrura do presente irremediável resumido à luta diária pela comida do jantar ou do almoço de amanhã. O tempo é moldado por carestia e labuta; o presente de tudo toma conta, à maneira de um maciço de impossibilidades escarpeado apenas pelas pressões urgentes da sobrevivência; primam “a falta ou a ausência absoluta de esperança de mudar sua situação no futuro.”²⁴

Daí serem tanto mais relevante as palavras de outra entrevistada: o BF “desenforcou a gente”.²⁵ Com Simmel no horizonte, podemos entender assim: o benefício

²¹ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 90.

²² REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 207.

²³ *Apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 94.

²⁴ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 151.

²⁵ *Apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 126.

ocasiona uma descompressão cujos efeitos serão sentidos na própria experiência da temporalidade. A regularidade da renda, ainda que de valor pequeno, abre fissuras naquela condição rígida que não permitia nenhum vislumbre de algo diverso; o tempo alarga-se, distende-se, não tanto quanto podia, mas o suficiente para um respiro. Quanto se deduz, um fôlego intermitente, já que o dinheiro do benefício não costuma alcançar o fim do mês; frágil por conta das incertezas quanto à continuidade do benefício nos próximos governos, um pouco ambíguo por achar-se entre os persistentes ditos de sempre (“Isto não é para nós”, “Eu sei qual é o meu lugar”) e claros “sinais de alteração desse quadro”²⁶ que despontam nas entrelinhas das entrevistas. E é necessário atentar principalmente à renovação que se vai dando nas relações entre as mães beneficiadas pelo BF e seus filhos. Ainda que a duras penas, elas conseguem agora ao menos fazer frente ao sentimento assolador (relatado por muitas) da impossibilidade de suprir à prole o mínimo necessário, sobretudo a alimentação – o choramingo de fome de uma criança, o nada poder fazer, são coisas que, como diz uma mãe, atravessam a garganta a ponto de tirar a respiração. Da mesma forma, se antes não podiam ensinar aos filhos senão a resignação perante uma condição naturalmente desgraçada, que exatamente por ser “natural” jamais haveria de mudar, graças ao benefício desafogador do BF podem transmitir-lhes alguma esperança, repassar-lhes o sonho de melhores condições de vida, conseguir ao menos dizer-lhes, sem o receio de faltar inteiramente com a verdade, que o estudo pode realmente servir para alguma coisa. Com relação a um programa cujo benefício volta-se diretamente a mulheres que são mães, está aí uma via privilegiada para captar-se mudanças. “O caso de filhos de pais analfabetos cursando uma faculdade ainda permanece excepcional, mas a maioria das entrevistadas deposita grande esperança no futuro dos filhos. Isso significa que os excluem de sua visão negativa de si e da vida. Nesse sentido, o BF cria expectativas positivas, e isso transforma o histórico sentimento de resignação de tanto tempo. Também nessa direção constatamos uma mudança profunda na subjetividade das mulheres beneficiárias. O futuro deixa de ser imutável e pré-determinado, a eterna repetição da miséria e os sofrimentos atávicos, e se torna (...) uma opção e um desafio para nossa geração.”²⁷

Novos desejos, a capacidade de forjar projetos, em virtude da descoberta de um novo tempo, o futuro, que renova decisivamente a vivência abrindo o horizonte da inteira temporalidade. Descoberta de alguma margem de controle da própria condição graças à fuga da brutal imediatez que é o produto mais característico da extrema pobreza (o que vou comer à noite, amanhã?), alargamento dos horizontes, distensão do tempo, descoberta do possível, que é base para todas as outras mudanças. E para ninguém isso é tão verdadeiro quanto para mães que – o truísmo aqui não é injustificado – são primeiramente mulheres.

²⁶ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 228.

²⁷ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 229.

Autonomia feminina

Uma das questões mais corriqueiras ao se discutir o BF concerne ao uso do dinheiro recebido. Com efeito, uma das marcas do programa é facultar às beneficiárias um inteiro arbítrio no emprego do dinheiro; pois se há condicionalidades, nenhuma delas cerceia tal direito. Ora, a frequência com que a preocupação vem à baila trai a tenacidade de uma representação vulgar, a de que entre pobres e dinheiro não pode haver relação feliz – como está na boca de tantos: o dinheiro que deveria beneficiar as crianças vai ser gasto pelos homens em cachaça; em vez de “comer saudável” (acredite-se, há quem se alimente de adjetivos!) as mães vão ficar dando porcaria aos filhos; pobre não está preparado para organizar as contas, logo se endivida; e assim por diante, sempre pondo no horizonte a certeza de que, para falar em bom português, quem nunca experimentou melado quando come se lambuza ou chega a ter dor de barriga.

Seguindo diversas experiências internacionais, o benefício do BF é pago sempre às mulheres, que recebem um cartão em seu nome. Como elas gastam o dinheiro que lhes é confiado? Em primeiríssimo lugar, em comida, seja garantindo que não falem os básicos arroz e feijão e leite, seja introduzindo nas casas novidades como bolachas (inclusive as recheadas... um luxo!) e “macarrão de pacote” (que substitui o artigo a granel). Há igualmente a utilização do dinheiro na aquisição de material escolar e vestuário. São os usos básicos, atestados por todas as sondagens e inteiramente esperados quando recursos que estão longe de serem de monta pingam para famílias em situação de penúria. A novidade que nos interessa, porém, está exatamente nos usos menos previsíveis que uma hora ou outra, aqui e ali, ocorrem. E nisso a pesquisa consegue ser bastante reveladora. Graças ao formato das entrevistas e à confiança que conseguiu estabelecer entre entrevistadores e entrevistadas, puderam nossos autores vencer constrangimentos e descobrir que algumas mulheres titulares do benefício às vezes se permitiam empregar o dinheiro na compra de produtos como creme de cabelo ou maquiagem.

Ironicamente, é bem quando as constatações parecem convergir com o preconceito que o ensinamento sobre o que chamamos de efeitos intangíveis do BF mais se realça. O artifício da maquiagem, ao visar diretamente a própria beleza (real ou imaginária tanto faz), desvela um campo de experiências novas, de poderes e de escolhas recém-conquistados e que vão cobrando seu espaço. Sobre faces envelhecidas, marcadas pelos sol, os cremes e batons funcionam de maneira insuspeitada: devolvem a autoestima, permitem às mulheres converterem-se a si mesmas, o que para muitas é inédito; vem a redescoberta da feminilidade, reencontro de si na imagem renovada de um corpo que pode, apesar do sofrimento impingido pela miséria vivida à moda de natureza, ser retrabalhado pelo artifício, pelo poder de produzir algo diferente daquilo que lhe foi simplesmente conferido pelo destino. Mesmo desejo de autonomia que se expressa também no invariável “sonho”

de quase todas de fazer uma laqueadura (cf. pp. 109, 196), retomando o controle sobre o próprio corpo, e ainda na paulatina recompreensão do estatuto das relações conjugais, que não necessitam mais serem vividas unicamente sob o signo da dependência e da inexorabilidade. No povoado de Cruz, no sertão alagoano, quando de conversa com um grupo de mulheres, uma senhora relata que “houve já umas cinco separações” ali. Os pesquisadores perguntam se o BF teve alguma influência e ouvem: “Eu acho que a bolsa nos deu mais coragem”.²⁸ Na cidadezinha vizinha de Inhapi, outra mulher, interrogada se, com o benefício em seu nome, as mulheres “se sentem mais livres e à vontade”, responde: “Por aqui são muitas que fazem isso porque não dependem mais do marido”.²⁹ Todo um leque de novas experiências se abre às mulheres. “Ah! O dinheiro da bolsa me tirou de casa!” (...) Agora tenho de sair da toca mesmo. Vou às compras, experimento alguma coisa que não conhecia”.³⁰

A questão do uso do dinheiro força-nos a identificar uma requalificação da condição feminina em curso entre as beneficiárias do BF. “Revolução feminista”?³¹ A fórmula talvez seja exagerada, mas o acontecimento que ela nomeia está longe de sê-lo. Talvez mais que revolução feminista, tratemos de um processo de restituição, a mulheres pobres, sofridas, estigmatizadas, da própria humanidade que muito amiúde lhes foi negada. “As mulheres, a partir do recebimento da renda monetária, se apoderam de alguma forma de capacidade humana, como a de escolher certas opções, inclusive (...) as de ordem moral. Nossa humanidade repousa fundamentalmente no exercício permanente de escolhas.”³² Poder escolher – poucas ideias serão tão sucintamente concretas ao mesmo tempo em que tocam o núcleo de uma ideia tão abstrata quanto a de autonomia. Poder escolher ter ou não um filho, o que comprar ou não comprar, deixar o cabelo assim ou assado, insistir ou não numa relação conjugal. É tal poder, tal liberdade que as mulheres titulares do BF família vão descobrindo graças à posse, em muitos casos pela primeira vez na vida, de uma renda em dinheiro; é o que pode aqui e ali redundar numa consciência política nascente que se exprime de várias formas, desde o orgulho de votar em mulher até as reclamações com relação aos valores dos benefícios.

Despertar político

Em regiões atravessadas pela pobreza extrema e geralmente à margem da cidadania, o elemento político mais saliente, se não o único, a sugerir um vínculo entre a população e

²⁸ *Apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 108.

²⁹ *Apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 112.

³⁰ *Apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 208.

³¹ Cf. a reportagem da revista *Marie Claire* de dezembro de 2012: “O bolsa família e a revolução feminista no sertão”.

³² REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 196.

o poder público é o voto. Uma relação marcada pela pontualidade (apenas em época de eleição) e pela troca (um voto por um préstimo qualquer ou transação mercantil simples), mas ainda assim capaz de abrir portas. Primeiramente, devido à quase universalidade da condição de eleitor, ao ponto de haver pessoas sem carteira de identidade (e portanto impossibilitadas de inscrever-se no BF) e com título.³³ Segundo, porque é isso que franqueia, minimamente, a inserção no mundo das trocas (alguém precisa de algo que eu tenho e posso dar, barganhar, negociar); um abre-te-sésamo modesto mas imprescindível – como sabia Paulo Honório, que tão logo começa a pensar “em ganhar dinheiro” trata de tirar “o título de eleitor”.³⁴ É nessa situação que se encontra a quase totalidade das entrevistadas e é a partir dela que temos de nos perguntar pelas possíveis transformações proporcionadas pelo BF no que tange à consciência política; afinal, uma renda regular em dinheiro, conforme a hipótese que guia os autores de *Vozes do Bolsa Família*, seria capaz de mudar “profundamente a relação dos pobres com a sociedade”.³⁵ Isso ocorre?

Uma novidade identificada pelos estudiosos é o paulatino transcender esse universo; o que se dá particularmente mediante uma reconsideração desse capital componente que é o voto. Começa a surgir “a percepção de ser considerado pelo Estado como uma pessoa concreta, com necessidades, cuja satisfação não pode ser alcançada individualmente; a percepção de que as políticas públicas de apoio ou ajuda não são expressão de caridade ou de favores pessoais, mas consequência de um direito constitucionalmente amparado; a consciência de que o voto passa a contar algo e a ser relevante para determinar as condições de sua vida.”³⁶ Entendamos bem. Não está dito que o programa tenha de supetão deixado para trás séculos de coronelismo; tanto mais que a sua base, sem a qual ele não funciona, é uma autoridade municipal que não raro está à mercê de tudo de pior que se possa imaginar: cargos de gerenciamento entregues a pessoas de confiança e sem ou de má qualificação, a maldição das primeiras-damas que se arrogam a chefia das políticas sociais, a sabotagem como arma de vingança (inutilização de computadores após uma derrota eleitoral, por exemplo, o que simplesmente impede a continuidade dos repasses), absoluto descaso burocrático (paradigmático é o caso de Dona Delia, cujo benefício foi suspenso sem que lhe fosse explicado o motivo; aos entrevistadores ela mostra uma carta da prefeitura, datada de meses antes, convocando-a a renovar o cadastro; trâmites normais, nenhum problema, não fosse e continue sendo Dona Delia analfabeta). Nada disso mudou substancialmente; não houve a emergência de nenhum desejo agudo de revolucionar o mundo, nem viram as beneficiárias o sol da

³³ Cf. REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 115.

³⁴ RAMOS, *São Bernardo*, cap. 3, p. 13.

³⁵ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 154, nota 3.

³⁶ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 39.

cidadania brilhar em raios fúlgidos. Agora, quer-nos parecer fato que, sabendo pôr de lado os preconceitos, é inevitável identificar nas entrevistas transformações importantes.

Indagada se o BF é um favor ou uma obrigação, uma mulher de Pasmadinho, no Vale do Jequitinhonha, afirma que é “obrigação do governo”, pois, conforme sua argumentação, “ela ajudava o governo com seu voto”.³⁷ Uma outra, da mesma cidade, responde diversamente à mesma pergunta: “Ah! É um favor, porque ninguém fez isso antes”.³⁸

Desde que não cobremos das entrevistadas a linguagem ativa e abstrata dos direitos (os autores alertam contra esse erro comum), essas falas deixam transparecer mudanças importantes no que concerne à relação com o poder público. Não é algo distante e todo-poderoso qual um deus. Ele precisa de mim, eu o ajudo; quer dizer, precisa de minha legitimação e tem de fazer jus a ela. Sobretudo porque – esse é o ponto para o qual tudo converge – *poderia ser diferente*: eu poderia não ajudá-lo, ele poderia não me ajudar; não se fez antes, hoje se faz. Contra o fado do “é tudo a mesma coisa, sempre igual”, ergue-se a sensação de um poder de escolha, como antes, e agora vinculada à percepção da responsabilidade que seu exercício implica. Segundo Dona Iracema, “a gente tem o direito de escolher aqueles que vão governar por quatro anos, o direito de ver as propostas, de escolher mesmo”, e, “se não prestar, não pode botar a culpa para ninguém, pois foi a gente que escolheu”.³⁹ O alargamento da experiência temporal acima mencionado é aqui fator determinante; é o que ocasiona o estabelecimento de uma conexão entre cidadãos e poder público que vai sendo descoberta a duras penas e com toda a inevitável carga de ambiguidade.

Tal reconhecimento, como era de se esperar, dá-se e exprime-se segundo a lógica tradicional do voto; e certamente por isso a mais elitista direita se encontra com a mais idealista esquerda numa só estupidez de variegada formulação: o povo não sabe votar, não tem consciência, vota com o estômago, é alienado, etc. etc. e, mais uma vez, etc. Pelo contrário, reiteremos: mister é ver as coisas sem preconceitos; a lógica do voto é tradicional, sem dúvida, mas é sob ela que o novo, no caso, manifesta-se transformando a própria concepção usitada. Foge-se à pontualidade dos períodos eleitorais na medida em que os repasses regulares se distendem no tempo. Um governo fez; por que não se fez antes? Far-se-á depois? A invariável reclamação pelos baixos valores revela uma insatisfação, um desejo de quero mais que não hesita em mostrar-se e se dirige ao poder público, no limite à própria sociedade. Ainda uma vez: as entrevistadas certamente desconhecem a linguagem dos direitos e os meandros da cidadania. Seria no entanto canhestro, por má-fé ou estupidez, não reconhecer que o BF vai sendo por elas *vivenciado*

³⁷ *Apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 120.

³⁸ *Apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 209.

³⁹ *Apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 133.

como um direito. Algo que melhorou a vida, que pode melhorar mais, que não pode ser interrompido, que precisa ser radicalizado.

Dona Inês, 30 anos, mora em Demerval Lobão, Piauí, é separada e tem dois filhos, recebe R\$ 102,00 mensalmente do BF. Como tantas outras, ao ser entrevistada, indigna-se com o valor, que não dá para fechar o mês; reconhece porém que a situação mudou; a bolsa “ameniza até chegar o final do mês, foi uma benção para mim”, o cartão trouxe um reconhecimento que lhe facultou o crédito. “Meu cartão, dona, foi a única coisa que me deu crédito na vida. Antes eu não tinha nada. É pouco sim, porque queria ter uma vida melhor”. Continua não gostando de votar e o faz somente por obrigação: “só muda o nome: Antônio, José, Francisco...”; no entanto, confessa temer a interrupção do programa e por isso se preocupa com quem ocupará os postos de mandatários. Acha que é um dinheiro “abençoado por Deus” e, questionada sobre a criação do programa pelo governo, explica: “é, foi o presidente, mas foi Deus que o colocou lá”; isso ao mesmo tempo em que declara a necessidade de ajuda aos que precisam (“tem que ter apoio de quem tem condição”) e identifica na bolsa uma retribuição pelo que “pagamos com os impostos”. Em meio a essas ambivalências, que se poderiam crer típicas de uma mulher que vota com o estômago e foi capturada pelo populismo-assistencialismo lulista (foi Deus quem pôs lá o presidente!) ou alguém que desconhece por completo a história de lutas de Lula e do PT (afinal, foi Deus quem pôs lá o presidente!), dona Inês apresenta perfeita consciência do que está em jogo e de que se precisa ir além, ousa propor redefinir os próprios termos e objetivos do programa. “Tudo que quer fazer na vida é com dinheiro, é pagando.” A bolsa “não cala a boca de quem está passando necessidade.” “Necessidade não é só ter o que comer, não. É querer comer uma coisa melhor e não ter, não poder. É querer vestir melhor e não poder, ir para a sorveteria com seu filho e não poder, ver um brinquedo da padaria e não poder comprar para seu filho”. Da satisfação imediata de necessidades básicas (a bolsa “ameniza”) ao autorreconhecimento como pessoa (o dono do mercado “confiou em mim”), admissão da importância da renda regular (“tudo o que quer fazer na vida é com dinheiro, é pagando”) até o firme alargamento do horizonte das próprias necessidades (querer sorvetes e brinquedos) e a certeza dos próprios anseios: “*é pouco sim, porque queria ter uma vida melhor*”.⁴⁰

No formidável romance *O faz-tudo* do norte-americano Malamud, o protagonista, um miserável judeu preso injustamente, retorque de maneira certa ao policial que lhe interroga acerca de seus conhecimentos de Hegel, Marx e por uma suposta filosofia “própria”. Em sua humildade, o faz-tudo contesta de maneira genial: “– Se eu tenho, ela é só pele e osso. (...) Se o senhor não se importar que eu diga, minha filosofia é que a vida poderia ser melhor do que é.”⁴¹ A mesma genialidade encontramos nas declarações de

⁴⁰ Cf. REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, pp. 133-135.

⁴¹ Bernard Malamud, *O faz-tudo*, p. 103.

Dona Inês. Sob questionamentos, ambiguidades, dúvidas, percebe-se que a maior contribuição do BF é desencadear o sentimento, quiçá a certeza de que *a vida poderia ser melhor do que é*. Filosofia? Ciência política? Tanto faz. No extraordinário depoimento dessa senhora desponta um saber, um saber recém-sabido e muito simples que no entanto (ou talvez justamente por isso) é condição de toda e qualquer pretensão séria de transformação social. Aí está a síntese dos desafios políticos do BF, desde que o concebamos, como mister é concebê-lo, à guisa de instrumento transformador.

IV

O BF é muito recente. Em seu formato atual, assumido após um “salto qualitativo”⁴² relativamente a outros programas governamentais que o precederam, soma pouco mais de uma década de vida, estando prestes a entrar na adolescência. Daí certamente a nuvem de dúvidas que sobre ele ainda pairam, de tal modo que as acaloradas discussões sobre valores, público-alvo e objetivos sejam persistentes, e para nem falar da boataria que de quando em vez ventila suspensão dos repasses ou descadastramento em massa ou súbita extinção do programa. Talvez não pudesse mesmo ser diferente. As novidades sempre demoram a dirimir suspeitas e firmarem-se, em especial quando batem de frente com práticas seculares; no caso de algo do porte BF, que como já observado alcança hoje um em cada quatro cidadãos, outra coisa não se esperaria. Fato é que, sem embargo dos poucos anos, e estando inserido num conjunto de importantes mudanças na sociedade brasileira nas duas últimas décadas, o programa exhibe vitalidade e influência tais que não podem, por sua consciência, serem abertamente renegadas.

Foi precisamente em vista dessa situação que ousamos alardear a renovação teórica trazida pelo BF para a filosofia política. Algo dessa amplitude não pode passar em branco; pelo contrário, necessário é que possa instigar o pensamento, renovar os problemas, recauchutar pelo menos muito do que eventualmente pareceria mais certo. O estudo de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani constitui um passo decisivo nessa direção. Ao simplesmente demonstrar, sem necessidade de cambalhotas partidárias ou teóricas, que o BF *funciona e surte efeitos de grande importância*, de imediato é todo um campo de inovações conceituais que se abre, especialmente no que concerne ao entroncamento fundamental entre autonomia, democracia e renda em dinheiro. Com efeito, os já mencionados efeitos intangíveis do BF devem estender-se aos conceitos, à teoria e à prática, e mais especificamente ao ponto em que se tocam permitindo a forja de noções operatórias – aquelas que o pensamento pode conceber e a política efetivar.

⁴² REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 154.

Direito ao dinheiro

Nem por um momento devemos desprezar o fato de o programa BF alcançar a maior parte de seu público alvo, isto é, famílias expostas à pobreza e à extrema pobreza, com uma lisura que poucas ações públicas no Brasil são capazes de exhibir: o dinheiro vai dos cofres federais às beneficiárias sem intermediários. As consequências positivas são reconhecidas e acatadas por todos, inclusive os críticos do programa; não custa repetir: forte diminuição da subnutrição, melhoras nos índices de educação e saúde dos beneficiados, significativo incremento da economia das regiões em que vivem tais pessoas. Problemas há, evidentemente. Por um lado, a natural dificuldade de ampliação do público beneficiado, sobretudo aquela parcela que se encontra em extrema pobreza e tende a manter-se estruturalmente marginalizada; por outro, problemas pontuais, às vezes graves, diretamente decorrentes da insensibilidade ou dos desmandos das autoridades locais (não por acaso o elo fraco do programa). Seja como for, nossa insistência nos efeitos do BF sobre a subjetividade dos beneficiados, e em particular das mulheres beneficiárias, é um ponto que deve ser agora inteiramente assumido para uma justa avaliação. Sob a perspectiva desses benefícios intangíveis, por assim dizer, o BF não pode ser resumido a ação governamental de combate à pobreza ou auxílio à sobrevivência; prioritariamente, consiste numa “*política pública de cidadania*”⁴³ que nada tem a ver com a tradição do assistencialismo, essa versão pública da esmola ou da ajuda bem-intencionada que, visando aplacar a piedade no coração das belas almas, somente perpetua a exclusão. A partir da tese diretriz de que “a renda regular em dinheiro é um importante instrumento de autonomia individual e política”⁴⁴, Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani concluem que o BF é um modelo de *política democrática*, “um processo de construção da cidadania democrática”,⁴⁵ já que “seu efeito *primário*, além de garantir a subsistência imediata, é o de fornecer uma base material necessária para que os indivíduos possam desenvolver-se em direção a uma maior autonomia.”⁴⁶ “A política de transferência estatal de renda no Brasil atual não é simplesmente uma política de urgência moral que garante o direito à vida, mas representa ainda o primeiro passo à substantivação da nossa democracia.”⁴⁷ E assim é, reiteremos uma última vez, exato por se tratar de um benefício regular em dinheiro, numerário retirado na boca do caixa bancário. Por isso, um programa de cidadania “no sentido mais próprio do termo”,⁴⁸

⁴³ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 20, grifos nossos.

⁴⁴ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 20.

⁴⁵ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 210.

⁴⁶ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 69, grifo nosso.

⁴⁷ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 213.

⁴⁸ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 218.

dizem os autores com uma qualificação que se justifica pela eficácia do qualificado: *concretamente* é capaz de intensificar a liberdade dos beneficiados, permite elevar o grau de liberdade de cada um. “A independência material garantida por meio do dinheiro é um elemento essencial de tal liberdade e deveria ser considerada, portanto, um bem básico e um objeto possível de políticas públicas voltadas à criação de cidadãos autônomos.”⁴⁹

Para a filosofia política, essa atribuição de “sentido mais próprio” a termos abstratos como democracia, cidadania, liberdade não pode ser minorada. O que torna o estudo em questão, ao menos a nosso ver, fundamental para uma abordagem filosófica do BF é exatamente permitir recalibrar uma série de conceitos à luz da experiência. Positivamente falando, o programa é um instrumento de construção democrática pelo desvendamento do nexos indissolúvel, em sociedades em que predomina o modo de produção capitalista, entre dinheiro, liberdade e democracia.

A menos que queiramos nos restringir ao plano das formalidades, é inegável que a independência econômica é experimentada como condição de possibilidade da independência política, o que se desdobra numa relação igualmente inextricável entre autonomia econômica e autonomia política.⁵⁰ A não ser que sonhemos com sentidos absolutos para noções como democracia ou liberdade, forçoso é constatar a originalidade do BF (e assim atestar sua riqueza conceitual) ao atribuir conteúdos concretos, *correlativos*, isto é, calcado em graus, a tais noções. Tornemos ao caso da liberdade sugerido pelo depoimento de Dona Amélia.

Absolutamente considerada, a palavra diz muito pouco. Correlativamente, ganha sentido, pois remete a um processo de aproximação ou distanciamento com relação às pressões que nos atingem de toda parte; a chave compreensiva está no “mais”, que imediatamente denota uma variação, uma movimentação, uma graduação. Liberdade, nessa medida, é descompressão, ou seja, abertura para novas experiências, para a multiplicidade delas; *mais* liberdade é *mais e mais* vivência dessas possibilidades, possibilidades de novas pressões de todo tipo, em contraposição à vida estática em que não há jamais nenhuma descompressão, somente a imposição de um destino absoluto, a perenidade da miséria. É o que transparece na figura do “melhor” invocada há pouco e que vem testemunhar o restabelecimento de uma movimentação vital que é anseio de transição entre um estado de menor a um de maior liberdade que se dá precisamente no interior daquela nova temporalidade experimentada pelas mulheres beneficiárias do BF. Ora, em nossa sociedade, onde predomina o modo de produção capitalista, sem dinheiro isso não existe; e sem isso é impossível falar seriamente em democracia. *Ergo...*

É por aí, então, que do interior da ideia de democracia aflora um pressuposto essencial seu, componente daqueles a que não se reduz a coisa mas sem o qual ela se torna

⁴⁹ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 73.

⁵⁰ REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, pp. 218-219.

inconcebível: o *direito ao dinheiro*. Dir-se-á, com acerto, que não é suficiente à efetivação da vida democrática; mas também precisamos ter em mente que em sua ausência a ideia de democracia perde relevância. O direito ao dinheiro está na base dos demais direitos e não por acaso às vezes é qualificado o direito a ter direitos. Como noutras sociedades o direito básico de ter direitos podia ou pode derivar do nascimento em tal lugar, da proveniência familiar, etc., na nossa, em troca, o direito a ter dinheiro e tê-lo efetivamente é o que dá consistência a outros direitos: saúde, educação, pensamento, alimentação, e assim por diante; só ele é capaz de garantir certa vitalidade, certo grau de liberdade, que garanta ao menos a possibilidade de usufruto dos direitos envolvidos pela vida democrática.

Por isso mesmo, vale dizer pensando no futuro do BF como instrumento de construção democrática, nos próximos anos, talvez nas próximas décadas, uma batalha crucial deverá ser travada no que respeita à institucionalização do programa. Que, em conformidade com a lei 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que criou a Renda Básica de Cidadania a ser implementada progressivamente, o BF torne-se um direito legal de todos os brasileiros a ser garantido pela sociedade, liberando-se inclusive, quanto possível, dos desmandos e das circunstâncias políticas. Se for no bojo de uma espécie de Consolidação das Leis Sociais, melhor ainda. Como toda política efetivamente radical, o BF precisa visar à sua própria dissolução como política de um governo, mero programa ao sabor dos ventos eleitorais, para rumar à instituição de um direito. Longe de o futuro do programa passar pelo cantilenado problema da porta de saída, ele aponta, isto sim, a um necessário *alargamento da porta de entrada*, assumindo a forma definitiva de um direito universal de todo brasileiro ou residente no país a um rendimento mínimo garantido.⁵¹

Em suma, a teoria tem de conceber e a política deve buscar efetivar um direito ao dinheiro. O trabalho certamente será longo, mas a história mostra que é sempre assim. Até os anos 60, por exemplo, os EUA ainda desconheciam os direitos civis plenos; só com a constituição de 88, como resultado de uma longa luta, alcançamos o direito à saúde e a criação dos SUS;⁵² o “direito ao transporte” é forjado hoje nas ruas em meio às bombas

⁵¹ Da vasta bibliografia sobre renda mínima garantida (ou outras fórmulas que, com variantes, exprimem basicamente o mesmo, como salário social, renda básica ou universal, etc.), pode-se consultar: SUPPLY, *Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento*; VANDERBORGHT e VAN PARIJS, *Renda básica de cidadania. Argumentos éticos e econômicos*; NEGRI e COCCO, “Bolsa família é embrião da renda universal”; BASIC INCOME NETWORK ITALIA, *Reddito per tutti. Un’utopia concreta per l’era globale*. Ademais, de grande interesse é pensar o BF e sua possível institucionalização e universalização em cotejo com o programa argentino de renda mínima para as crianças; cf. AGIS, CAÑETE E PANIGO, *El impacto de la asignación universal por hijo en Argentina, e Asignación universal por hijo*, ciclo de conferências realizado pelo Unicef-Argentina.

⁵² Ainda que ao custo de fugir um pouco de nosso assunto principal, é oportuno e quiçá necessário rebater um preconceito disseminado, principalmente nas classes médias: a ideia de que o Sistema Único de Saúde brasileiro surgiu do nada e não passa de um lixo. *Primo*, aos mais jovens cumpre recordar que até a constituição de 88 o atendimento gratuito estava reservado a trabalhadores formais, com carteira assinada, mediante o Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social); os não contribuintes ou

policiais. Nada garante que se terá sucesso; tampouco está escrito nas estrelas que não possa ser assim. O BF é ao menos é um bom ponto de partida.

Luta pelo dinheiro

Uma das mais renitentes críticas ao BF diz respeito aos seus efeitos supostamente maléficis sobre a força de trabalho: o programa a encarece, a escasseia, a desestimula, já que tornaria mais atrativo viver apenas do auxílio. “Esse negócio de bolsas tira muita gente da atividade, e a mão de obra fica mais escassa para o produtor (...). Ninguém quer trabalhar em mão de obra rural, porque já tem os auxílios. Isso está atrapalhando a produção na nossa região.”⁵³ Pitorescamente, mas de modo algum inexplicavelmente, críticas desse tipo replicam a décadas de distância o que se ouvia nos EUA, nos anos 30, acerca dos projetos e auxílios federais implementados pelo *New Deal* rooseveltiano: tornou cara a mão de obra, desestimulou o trabalho, e assim por diante. Como ilustração, em 1934 um executivo aposentando da companhia Du Pont escreve a um colega lamentando-se da situação; só naquela primavera “cinco negros” haviam recusado trabalho “dizendo que tinham empregos fáceis com o governo”.⁵⁴ Exemplo acabado da falta de vontade de trabalhar e do apego à vida fácil.

Para os dois casos, assumamos que as críticas ecoam um fundo de verdade sobre os efeitos dos ditos programas governamentais. É bem provável que, *mutatis mutandis*, o que se passou na Carolina do Sul (de onde escrevia o referido missivista) ou nas regiões mais pobres do vale do Mississipi encontra paralelo hoje na caatinga nordestina e no litoral de Maragogi. A gente miserável já não está à mercê da necessidade bruta de submeter-se a

trabalhadores informais contavam apenas com a assistência de instituições filantrópicas. *Secundo*, o artigo 196 da Constituição federal que consagra a saúde como direito (“A saúde é direito de todos e dever do Estado...”) é o ponto de chegada de uma longa luta que, desde a segunda metade da década de 70, concentrou-se na RSB (Reforma Sanitária Brasileira) e envolveu uma importantíssima discussão em torno da ideia de *saúde*, buscando-lhe um sentido positivo como bem-estar físico, mental e social cuja efetivação ficaria a cargo de um *sistema* de saúde. *Tertio*, com mais ou menos duas décadas e meia de funcionamento, o SUS foi capaz de transformar significativamente o panorama da saúde brasileira: o acesso ao atendimento universalizou-se, a prevenção existe, todos os índices melhoraram, em especial os da população mais pobre; o que evidentemente não quer dizer que o sistema desconheça gravíssimos problemas (em particular de financiamento). Para a história e pré-história do SUS, cf. PAIM, *O que é o SUS*; para um balanço estatístico, cf. a reportagem especial da revista *Carta Capital*, n. 491 de 16 de abril de 2008; para os problemas de financiamento, cf. OCKÉ-REIS, *SUS: o desafio de ser único*; por fim, para um balanço teórico que engata com o tema do BF, ver COHN, “A reforma sanitária brasileira após 20 anos dos SUS: reflexões”.

⁵³ A declaração é do diretor de uma cooperativa de produtores de leite de Bom Despacho/MG; cf. *Folha de S. Paulo*, 22-10-2014, disponível em: <http://brasil.blogfolha.uol.com.br/2014/10/22/o-bolsa-familia-seu-nenem-a-falta-de-mao-de-obra-rural-e-a-emancipacao/>

⁵⁴ Apud RAUCHWAY, *The great depression and the New Deal*.

qualquer coisa e vender-se por não importa qual preço. Deve ser verdade, e tomara que o seja. Se for, e para ficarmos só no caso que nos incumbe, demonstra-se uma virtude maior do BF. Além de amenizar a situação desesperadora, na sequência, e por via do flanco aberto na penúria, desencadeia um processo de *autovalorização* cujo primeiro indício surge na reavaliação de si e de seu valor de troca no mercado de força-trabalho – o que basicamente quer dizer não se vender por tão pouco quanto querem pagar os compradores. Desde o âmagô do mundo da exploração insinua-se algo novo e inteiramente proporcionado pelo BF. Ainda que pareça irrisório a muitos de nós, o benefício básico de R\$ 77,00 faz uma diferença de vulto em regiões onde homens e maridos desempregados vivem de bicos e costumam ajuntar apenas 30, 40 reais ao final do mês.⁵⁵ Num momento posterior, e com o descolamento da imagem de pau para toda obra inteiramente disponível, as mulheres também reavaliam a si mesmas de outro aspecto, como seres humanos; a renovada autopercepção desponta inequivocamente nos batons e cremes adquiridos com o dinheiro do benefício, e de cujo significado já falamos. E assim prossegue. Quer-se ir à sorveteria, comprar brinquedos para os filhos, vê-los estudados; queixam-se dos entraves burocráticos e principalmente dos baixos valores dos repasses. É um processo galopante que culmina numa genérica *vontade de dinheiro*, à guisa de expressão da certeza de que, embora nem todos os desejos se realizem pelo vil metal, sem este sequer há desejos; em sua ausência de modo algum a vida poderá ser melhor – segundo Dona Inês, “tudo que quer fazer na vida é com dinheiro, é pagando”.⁵⁶

Ora, é justamente a partir desse quadro que o BF, mais uma vez, mostra-se capaz de arejar os conceitos tradicionais. E no caso a ideia de *luta de classes*. Nesse tópico, nossos passos precisam ser mais cautelosos que nunca; nem por isso devemos temer realizá-los, já que uma correta ponderação desse aspecto é crucial para a compreensão do significado do programa, de seus efeitos e de seu porvir.

Como dito, parece-nos razoável assumir que têm algum fundamento as várias reclamações relativas ao encarecimento da mão de obra e a recusa ao trabalho mal, pessimamente pago. Com efeito, a entrada em cena de todo um contingente de novos portadores de vontade de dinheiro não poderia senão implicar alguma perturbação na distribuição tradicional desse objeto de desejo que até onde nos consta é finito. O X da questão está no fato de que o BF, segundo a razão de seus efeitos, jamais pretendeu ser um programa que passasse pela supressão do poder do dinheiro ou pela desmercantilização da vida; o X não é por que é assim nem como mudá-lo, mas em que bolsos ele, o dinheiro, está e de que modo a distribuição pode ser mais equitativa. O esquerdista saudoso reclamará que isso não leva a nada, pois não contempla aí algo que possa ser subsumido a seu ideal de luta de classes (“ah, os anos 80!”); não verá ele no BF senão o cala-boca do

⁵⁵ Cf. REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 113.

⁵⁶ D. INÊS *apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 134.

poder para conduzir à disneylândia do consumo um amontoado de gente que estava de fora. Será essa a última palavra? Certamente não. Porventura o BF nos desvende uma das formas fundamentais do antagonismo de classes à nossa época, a do capital financeiro globalizado e em que o capitalismo desconhece um fora a partir do qual se pudesse organizar a reação; ele centra-se numa contradição interna que, tensionada, pode assumir a forma madura de uma *luta pelo dinheiro*.

De novo, ouçamos Dona Inês, um senhora inteligente como poucos de nós. Quem é pobre, explica, precisa de ajuda. “O mundo é feito assim, tem que ter o apoio de quem tem condição. É assim na sociedade, na nossa casa, na escola, na igreja...”⁵⁷. Nessas palavras, colhemos três dados de grande importância: 1) uma partição entre os que têm e os que não têm condições, e inserção de si mesma num grupo e reconhecimento da diferença com relação a outros; 2) o dever de um desses grupos de ajudar o outro, o que explicita a diversidade de interesses; 3) afirmação de que assim tem de ser porque assim é no inteiro da vida social, e conseqüentemente apreensão de uma generalidade que vai além de casos particulares.

Patenteia-se aí que, concomitantemente ao despertar político individual que tentamos colher mais atrás, aflora também uma consciência política coletiva; reconhecimento mútuo entre os que direta ou indiretamente se beneficiam do programa; incipiente consciência de classe que se vai formando com a percepção do antagonismo entre os que têm e os que não têm dinheiro.

Deixemos de lado os “em si” e “para si” que se costumam aglutinar, em geral sem proveito, ao termo “classe”. Em troca, insistamos no compartilhamento de um conjunto de experiências, muitas delas novas, por milhões de pessoas, mulheres, homens, crianças. É o que torna materialmente possível o reconhecimento mútuo que tentamos apreender. Coisas novas estão acontecendo e afetando a muitos ao mesmo tempo; em simultâneo, muitas mulheres experimentam a independência relativamente aos maridos; simultaneamente muitas crianças experimentam, junto ao sabor das bolachas recheadas, a possibilidade de um futuro que vá além do só ficar por aí futurando. A quem espera uma consciência de classe grandiosa que adentra a história e a transforma revolucionariamente, deve ser decepcionante. A consciência que tentamos identificar em germe não é um elemento heroico nem ideal; é um saber partilhado, uma *com-ciência* de vivências comuns, identificação, no outro e nos outros, de uma comunidade de experiências, formas de vida, costumes, interesses, acarretada pela inédita condição de posse de uma renda monetária regular. Ora, poderão experiências como o consumo de iogurte encetar tal processo de aquisição de um saber comum, uma consciência coletiva? Sim. Por que não? Noutros tempos se dizia que a classe média era revolucionária porque ela, e só ela, conhecia o sabor do camarão e ao mesmo

⁵⁷ D. INÊS *apud* REGO & PINZANI, *Vozes do Bolsa Família...*, p. 134.

tempo carecia de dinheiro para comprá-lo; aqui algo semelhante, e em nada diferente de como o preço do pão (e portanto a alternativa entre consumi-lo ou não) servia na virada dos séculos XVIII-XIX na Inglaterra de estopim de revoltas, desde a tomada de consciência de uma condição comum. “Tanto nas comunidades rurais como nas urbanas, uma consciência de consumidor precedeu outras formas de antagonismo político ou industrial.”⁵⁸

A passagem comum, reciprocamente verificada e valorizada do macarrão a granel ao de pacote, a descoberta dos cremes de cabelo e das idas à sorveteria são índices de uma ampliação do desejo, da vontade de dinheiro que possa satisfazer tais desejos; o que extensivamente conduz à delimitação dos interesses do grupo e dos grupos de interesses e, no limite, pode constituir o solo de um antagonismo organizado desde o interior mesmo da condição que todos nós, no interior de uma sociedade em que predomina o modo de produção capitalista, forçosamente compartilhamos: portadores de dinheiro, compradores e vendedores. À maneira do masoquista que *estrategicamente* aprende a gozar com a lei que lhe oprime,⁵⁹ acatando-a integralmente para de seu interior subvertê-la, os sem-dinheiro lutam pelo dinheiro. “Queremos consumir”. “Não aceitamos menos do que já temos”. “A vida pode e deve ser melhor”. Já que estamos, por circunstâncias que fogem à nossa vontade, condenados ao inferno do dinheiro, tratemos sem pruridos de abraçar o demônio. A luta pelo dinheiro é o reconhecimento de que a maior ofensa do dinheiro é não o possuir; um combate pelo direito ao dinheiro, pelos direitos e pela possibilidade, ao menos, de uma sociedade democrática, já que sem o vil metal, é bom não esquecer, não há autonomia nem liberdade nem direitos nem nada.

Nas mais espantosas catedrais góticas, os levíssimos vitrais, que para alguns transmitem a essência da espiritualidade, não se ergueram sem fundações bem feitas e muito trabalho sujo de gente miserável. Assim mesmo, os mais altos valores não têm valor, mas têm preços; e só a luta de classes pode pagá-los. A moradora do Vale do Jequitinhonha e o filósofo alemão, mesmo que por vias diversas, igualmente o sabem. O êxito do BF como política de cidadania e instrumento de construção de uma sociedade democrática dependem de que nós também o saibamos.

⁵⁸ Cf. THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa*, I, p. 66. Para evitar mal-entendidos, deixemos claro que não apregoamos que toda a consciência de classe tenha esse feito. Apenas afirmamos que a consciência de classe que hoje emerge entre os beneficiários do BF é tal; poderia ser outro caso surgida, por exemplo, entre operadores de telemarketing.

⁵⁹ Cf. DELEUZE, *Sacher-Masoch. O frio e o cruel*; SANTIAGO, “Deleuze leitor de Masoch: da sintomatologia à ética”, especialmente a nota 25, em que a estratégia masoquista é aproximada da ideia de aceleração do processo capitalista (preconizada no *Anti-Édipo*) e da reivindicação de um salário social.

MONEY, FREEDOM, DEMOCRACY (CONCEPTS FROM BOLSA FAMÍLIA)

Abstract: The publication of Walquiria Lion Rego's and Alessandro Pinzani's *Vozes do Bolsa Família* shows what can be described as a philosophical concerns on the Bolsa Família. Specially, the study allows to re-exam the content of concepts such as freedom and autonomy to link them to money. The implications of this conceptual review are very important to the political struggle, which should focus on the establishment of a right to money and take the form of struggle for money.

Keywords: Bolsa Família – money – freedom – democracy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIS, Emmanuel, CAÑETE, Carlos e PANIGO, Demian. *El impacto de la asignación universal por hijo en Argentina*. Buenos Aires, Observatorio de Trabajo Infantil y Adolescente, Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social argentino, 2010; disponível em: http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/DocumentosSUBWEB/area1/documentos/AUH_en_Argentina.pdf

BASIC INCOME NETWORK ITALIA, *Reddito per tutti. Un'utopia concreta per l'era globale*, Roma, Manifestolibri, 2009.

CARTA CAPITAL. "SUS: 20 anos. Esperanças para a saúde". Dossiê especial, n. 491, 16-04-2008.

COHN, Amélia. "A reforma sanitária brasileira após 20 anos dos SUS: reflexões", *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 7, julho de 2009; disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n7/20.pdf>

_____. *Cartas ao presidente Lula. Bolsa Família e direitos sociais*. Rio de Janeiro, Pensamento Brasileiro, 2012.

DELEUZE, Gilles. *Sacher-Masoch. O frio e o cruel*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

MALAMUD, Bernard. *O faz-tudo*. Rio de Janeiro, Record, 2006.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. *O capital*. São Paulo, Boitempo, 2013, vol. I.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. "Bolsa família é embrião da renda universal". *Folha de S. Paulo*, 05-01-2006.

- OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. *SUS: o desafio de ser único*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2012.
- PAIM, Jairnilson Silva. *O que é o SUS*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2009.
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro, Record, 1991.
- RAUCHWAY, Eric. *The great depression and the New Deal*. Nova York, Oxford University Press, 2008.
- REGO, Walquiria Leão. “Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 73, 2008; disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a07>
- REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo, Editora Unesp, 2013.
- SANCHES, Mariana. “O bolsa família e a revolução feminista no sertão”. *Marie Claire*, 03-12-2012; disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/11/o-bolsa-familia-e-revolucao-feminista-no-sertao.html>
- SANTIAGO, Homero. “Deleuze leitor de Masoch: da sintomatologia à ética”. In: FORNAZARI, Sandro Kobol (coord.). *Deleuze hoje*. São Paulo, Editora FAP-Unifesp, 2014.
- SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'argent*. Paris, PUF, 1987.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento*. Porto Alegre, LP&M, 2006.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987, vol. I.
- UNICEF. *Asignación universal por hijo*. Ciclo de conferências realizado sob os auspícios do Unicef Argentina, 2010; disponível em: http://www.unicef.org/argentina/spanish/jornadas_asignacion_universal.pdf
- VANDERBORGHT, Yannick; VAN PARIJS, Philippe. *Renda básica de cidadania. Argumentos éticos e econômicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa família*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.